

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.567 - MS (2014/0343155-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**REQUERENTE** : JULIANO VICTORINO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de Petição avulsa de n. 328606/2016 (e-STJ, fls. 267-271), protocolizada nesta Corte em 5/7/2016, por **JULIANO VICTORINO**.

A parte requerente alega que, não obstante possuir patrona constituída nos autos, por algum equívoco as intimações na segunda instância foram realizadas em nome da Defensoria Pública do Estado. Nestes termos, requer o reconhecimento da nulidade processual.

**É o relatório.**

Decido.

Inicialmente, deve-se lembrar que este Superior Tribunal de Justiça, por sua conformação constitucional, não é autorizado a reexaminar fatos e provas. Com efeito, sua competência se restringe a julgar "causas decididas", sob pena de violação ao enunciado da Súmula n. 7/STJ.

No caso concreto, o reconhecimento da nulidade pretendida exige à escancaras o revolvimento de questões fático-probatórias.

Assim, **indefiro** o pedido constante da petição.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator